

A NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM REFLEXIVA E DINÂMICA

Josenildo Pinheiro da Silva ¹
Demóstenes Datas Vieira²
Efraim de Alcântara Matos ³

RESUMO

O acesso à norma padrão da língua portuguesa brasileira é entendido como um direito a que o sujeito precisa acessar desenvolver autonomia para o uso consciente da língua materna, de tal modo que a função social dela possa ser cumprida. Porém, o grande problema da garantia do exercício desse direito é que muitas vezes ele é visto como algo inacessível, quer seja pela crença falaciosa instaurada acerca da complexidade atribuída à compreensão da Língua Portuguesa, ou pela maneira como o ensino dela tem sido conduzido nas escolas. Neste contexto, este trabalho objetiva apresentar uma discussão na perspectiva de promover reflexões capazes de fazer repensar o ensino da língua portuguesa, apontando para a necessidade de se adotar uma postura crítica quanto ao uso que se faz da língua enquanto instrumento de interação social. A discussão aqui proposta foi viabilizada a partir de uma pesquisa de campo feita com alunos do ensino médio, acerca do que eles pensam sobre o uso da gramática e o modo como o ensino dela acontece. Os postulados teóricos usados na fundamentação deste estudo dizem respeito, principalmente, àqueles defendidos por Bakhtin (1992, 1997), Bagno (1999) e Marcuschi (1999). Os resultados apontam para a conclusão de que o estigma de complexidade que o estudo da língua portuguesa carrega tem a ver com a disseminação da ideia de que aprender o nosso idioma é algo muito difícil, somando-se a isso o uso de abordagens que tornam o ensino da gramática enfadonho e complexo acaba tornando cada vez mais o acesso à norma padrão como algo distante. Assim, o que se vislumbra é a adoção de uma abordagem metodológica que assuma uma postura crítica e reflexiva acerca das normas que regulam a língua portuguesa e o modo como ela se realiza na dinâmica da comunicação.

Palavras-chave: Ensino, Língua Portuguesa, Norma Padrão.

¹ Doutorando em Literatura Comparada – Ppgel/Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Santa Cruz, pinheiro.silva@ifrn.edu.br;

² Pós-Doutorado em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Campus Mossoró - demostenes.vieira@ifrn.edu.br;

³ Doutorando em Ensino – RENOVEN/Polo Universidade Federal do Ceará; Licenciado e Mestre em Matemática pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Campus Cedro – efraim@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Compreender o acesso à norma padrão da língua portuguesa brasileira como um direito a que o sujeito deve acessar para desenvolver competências linguísticas que lhes dê autonomia para o uso consciente da língua materna, significa entender que esse acesso deva ser viabilizado pela instituição que ainda é a principal responsável pela sistematização do conhecimento dos indivíduos, a escola. Isso sem perder de vista que a função social da língua é possibilitar a comunicação por meio da linguagem verbal, e que, no desenvolvimento das competências comunicativas, essa função social possa ser cumprida nas mais diversas situações as quais esse sujeito for submetido.

No entanto, o grande problema é que o acesso a esse direito tem sido negligenciado já que muitas vezes o sujeito é levado a acreditar que o conhecimento da norma padrão é algo inacessível e complexo, destinado a apenas um reduto de pessoas capazes de compreender o fenômeno da língua, quer seja pela crença falaciosa instaurada acerca da complexidade atribuída ao idioma, ou pela maneira como o ensino dele tem sido conduzido pelo professor.

Neste contexto, se por um lado a norma padrão da língua é considerada como um direito de todos(as), mas por outro o acesso a ela muitas vezes é impossibilitado devido aos diversos entraves que podem surgir ao longo do processo de desenvolvimento das habilidades linguísticas, surge a necessidade de repensar o modo como o ensino da língua tem sido realizado. E é neste sentido que este trabalho objetiva apresentar reflexões acerca de possibilidades que possam tornar o ensino da Língua Portuguesa mais dinâmico, a partir de uma discussão fomentada por meio de uma pesquisa de campo feita com alunos do ensino médio; nessa pesquisa buscou-se investigar o que eles pensam acerca do estudo da norma padrão e do modo como o estudo da gramática lhes é apresentado, o que aponta para a necessidade da adoção de uma postura reflexiva quanto ao uso que se faz da língua enquanto instrumento de interação social no exercício da cidadania e, sobretudo, na importância de repensar acerca de como o ensino da gramática tem sido abordado pelos professores.

Para fundamentar as reflexões a serem apresentadas aqui, foram utilizados os estudos teóricos desenvolvidos por: Bakhtin (1992, 1997), para endossar a importância da compreensão acerca da concepção de linguagem que deve nortear o ensino da língua; Bagno (1999), ao discutir acerca dos mitos formados em torno do acesso ao estudo da norma padrão; e Marcuschi (1999), no trato com os princípios tratados acerca da dialética da língua. Além desses teóricos, também foram usadas contribuições de outros autores e autoras que se dedicaram a estudar acerca da língua e das práticas de ensino sobre a gramática.

METODOLOGIA

Os resultados aqui apresentados foram conduzidos a partir do método da pesquisa bibliográfica, associado às observações empíricas desenvolvidas no cotidiano da prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa, mas principalmente pelos dados coletados através de uma pesquisa realizada em 2022 com alunos do ensino médio, mais precisamente da terceira série de cursos técnicos integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Santa Cruz.

Participaram da pesquisa um total de 53 (cinquenta e três) alunos que se voluntariaram a responder as questões propostas. As questões foram organizadas em um formulário pelo *google forms* e disponibilizadas para os discentes através do *whatsApp*, mediante informações prestadas pelo pesquisador para tratar da natureza da pesquisa e da importância das contribuições dos alunos para com as informações que seriam coletadas a partir de suas respostas. O formulário foi constituído de cinco perguntas de múltipla escolha, sendo que para as perguntas de 01 a 04 havia duas alternativas para cada uma e apenas a pergunta 05 tinha 03 alternativas, a saber:

Pergunta 1: Você considera que o ensino da gramática ajuda na comunicação em Língua Portuguesa?

- a) Sim
- b) Não

Pergunta 2: Você acha que o indivíduo precisa saber da gramática normativa para poder se comunicar bem?

- a) Sim
- b) Não

Pergunta 3: Você considera difícil aprender gramática?

- a) Sim
- b) Não

Pergunta 4: Você considera que

- a) o modo como ensina a norma padrão da Língua Portuguesa pode dificultar a compreensão das regras;
- b) o modo como ensina a norma padrão da Língua Portuguesa não dificulta a compreensão das regras.

Pergunta 5: No geral, o ensino de português tem sido para você:

- a) Chato

- b) Regular
- c) Interessante

Tem-se, portanto, a pesquisa bibliográfica associada à pesquisa de campo como procedimentos metodológicos condutores do trabalho cujas reflexões estão sistematizadas a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente convém trazer à tona as contribuições de Bakhtin para apresentar a concepção que se tem acerca da linguagem. E para se chegar a um esclarecimento sobre tal concepção, convém lembrar que o que se pensa sobre língua enquanto idioma, aqui traduzida como algo que penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua, sendo que esses se situam no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática. (BAKHTIN, 1992).

Numa perspectiva bakhtiniana, as palavras, elementos constituintes da linguagem verbal, são carregadas de elementos ideológicos e servem para tecer as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (BAKHTIN, 1997).

Nesse sentido, sendo a linguagem um construto social, o ensino da língua deve considerar a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem. Assim, “[...] o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular” (BAKHTIN, 1997, p. 93).

Ademais, é preciso considerar que o ensino da língua deve acontecer com base no aprimoramento do educando como pessoa humana, vislumbrando a sua formação integral, o que compreende a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento críticos, de tal modo que as aulas de Português, nessa perspectiva, transformam-se em espaços em que

[...] o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística[sic] figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística [sic] não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor. (BAKHTIN, 1997, p. 92-3).



Dessa forma, sob a égide da abordagem bakhtiniana, a língua é encarada como um conjunto de práticas sociais e de linguagem historicamente situadas, considerando o contexto sócio-histórico e ideológico que estão envolvidos os interlocutores, em diversas esferas de comunicação da atividade humana. E sendo a linguagem verbal um elemento constituinte dessa língua, o processo de ensino que se propõe ao aprimoramento da interação não pode ser pensado de outra forma senão naquele que prioriza uma abordagem reflexiva acerca do uso que se faz da língua, no exercício dinâmico da função social de que ela se imbuí: favorecer a comunicação entre os sujeitos, mas mais diversas situações comunicativas.

Mas apesar das proposições feitas por Bakhtin, acerca do ensino da língua, a partir das reflexões sobre a concepção de linguagem, historicamente a realidade é que em torno do estudo da língua, a configuração que se tem é uma distância indescritível entre as práticas sociais de uso da língua e os postulados que norteiam o uso dessas interações linguísticas.

Nesse sentido, ao propor uma reflexão acerca dos mitos formados sobre o acesso ao estudo da norma padrão, Bagno (1999), destaca a importância de perceber que se instaurou em torno do ensino da língua uma espécie de estigma de dificuldade a ponto de se entender que o conhecimento sobre as normas que regem o estudo da gramática é algo quase que inacessível. E o autor nos lembra que não podemos considerar difícil uma língua da qual somos nativos e nela nos expressamos muito bem, visto que a nossa comunicação se efetiva através dela, fazendo com que cumpra o seu papel social. “Conhecê-la, nessa perspectiva, significa saber tanto lidar intuitivamente com as estruturas linguísticas quanto empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dessa língua” (BAGNO, 1999, n.p). Bagno atenta para o fato de que indivíduo não conhecer as sutilezas das regras inerentes a uma língua não faz dele um ignorante, inclusive lembra se tratar de questões a serem superadas com a prática e a reflexão acerca do uso que se faz dessa língua.

Com essa fala o autor não desprestigia o conhecimento acerca das regras gramaticais, mas chama a atenção para se perceber que o desconhecimento dos detalhes que constituem uma determinada língua não impede que o sujeito se comunique através dela. Para Bagno (1999), adotar uma postura de supervalorização do padrão da língua significa fazer reverberar um discurso preconceituoso que desconsidera toda a pragmática do uso da linguagem. Ele ainda reitera que colaborar com o discurso de inacessibilidade à capacidade de expressar-se bem em português significa contribuir para a manutenção de um discurso elitista e preconceituoso que menospreza a dinâmica na qual se dá o uso da língua, que nada mais serve do que assegurar o *status quo*, funcionando como bloqueio para acesso ao poder (BAGNO, 1999).



Nessa mesma linha de pensamento, Marcuschi (1999), ao defender a língua como uma prática social de interação humana defende que “a compreensão humana é contextualmente configurada. A produção de sentido é o resultado de atividades cognitivas mediadas pela experiência organizada socialmente em regime de co-produção.” (MARCUSCHI, 1999, p.7).

Isso sustenta a ideia de que não elaboramos nossa compreensão à margem da experiência, posto que a atividade comunicativa acontece em um processo dinâmico e indissociável, ou seja, uma prática comunicativa não acontece de forma isolada da situação a que ela está atrelada a ela, ambas se dão no ínterim. E nunca é demais lembrar que não se trata de uma reprodução da fala, quando se considera linguagem verbal escrita e falada, visto que o caráter representacional da língua deve ser negado, assim como a autonomia da realidade social a que está contextualizada (MARCUSCHI, 1999), visto que “a língua é um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no seu funcionamento e é sensível ao contexto. Não é um sistema monolítico e transparente, para ‘fotografar’ a realidade” (MARCUSCHI, *apud* MEL & SANTOS, 2013, p. 49-50). Para o linguista, a linguagem é a competência que permite o sujeito interagir com seus pares, por meio de um processo que envolve práticas sociais pelas quais essa linguagem ganha sentido mediante o contexto em que é produzida.

E ao se considerar os postulados teóricos postos por esses três pensadores desse fenômeno social que é a língua, constata-se que no processo de ensino e aprendizagem a língua não pode ser entendida como um elemento engessado, ainda mais quando se almeja

um ensino na perspectiva voltada para o exercício social da língua, a mediação do professor é fundamental. Assim sendo, na prática do ensino de Português, as atividades linguísticas devem se aproximar das diversas situações nas quais o uso da linguagem se apresenta aos seus falantes, já que a língua não deve ser vista como um sistema homogêneo e unitário, mas sim um sistema que abarca as transformações históricas, sociais e econômicas. (GOMES & CARVALHO, 2015, p. 66).

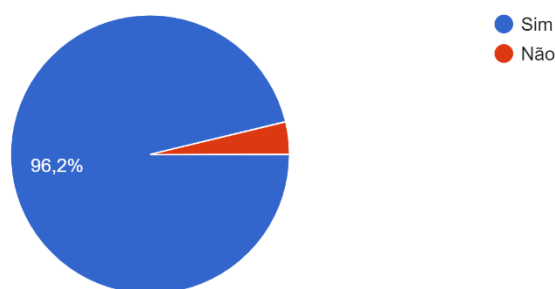
Portanto, como defendeu Gomes e Carvalho (2015), é preciso atentar para o perigo que se tem quando a escola transforma a língua padrão em sua modalidade culta como um único modelo para todas as situações em que o falante utiliza, pois desse modo ela transforma o ensino da gramática em um instrumento opressor de modo que as propostas paradigmáticas e monológicas nas aulas de Português não permitirão a compreensão do mundo, tão necessária, que nos cerca a partir também da sua dimensão político-social, para além do universo escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a pesquisa bibliográfica é uma prática inerente a todo e qualquer trabalho científico, e que estão organizadas no tópico do referencial teórico, e considerando ainda que as observações empíricas que também subsidiaram as reflexões sistematizadas aqui estão diluídas ao longo deste trabalho, neste tópico será dada ênfase à análises das informações coletadas da pesquisa de campo realizadas com o público já descrito na metodologia deste documento.

Ao se depararem com a pergunta 1, que investigava se os alunos consideravam que o ensino da gramática ajuda na comunicação em Língua Portuguesa, a maioria dos alunos, representada por 96,2 %, julga que sim, o ensino da gramática ajuda à comunicação, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: gráfico das respostas da pergunta 1

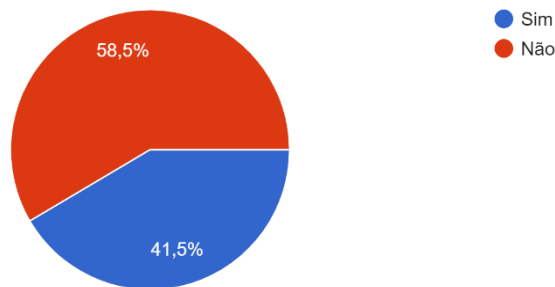


Fonte: própria

De acordo com as respostas obtidas, apenas 3,8 % dos alunos que participaram da pesquisa julgam que o ensino da gramática não ajuda na comunicação; aqui se infere que, talvez, tanto aqueles que deram uma resposta positiva para a pergunta quanto os que responderam não, relacionem gramática com norma padrão, e reitera-se que se tratam de coisas diferentes, pois cada falante nativo internaliza a gramática da língua materna, mediante as interações sociais de comunicação que vão sendo estabelecidas desde o nascimento do sujeito.

Diante da pergunta dois, que indagou aos participantes da pesquisa se eles acham que o indivíduo precisa saber da gramática normativa para poder se comunicar bem, obteve-se a seguinte situação: 41,5 % responderam que sim e 58,5 % disseram não, conforme mostra a figura 2.

Figura 2: gráfico das respostas da pergunta 2

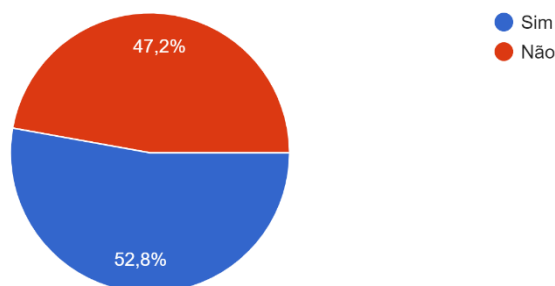


Fonte: própria

De acordo com o gráfico da figura 2, percebe-se que os participantes ficaram bem divididos e conclui-se que a maioria entende que não é necessário conhecer a gramática normativa para se comunicar bem em Língua Portuguesa, embora quase a metade dos respondentes acreditem que o conhecimento sobre as normas da língua é necessário para que ela possa cumprir a função social.

Já quando perguntado se consideram difícil aprender gramática, 52,8 % dos alunos participantes da pesquisa responderam que sim e 47,2 % disseram não, como mostra o gráfico na figura 3.

Figura 3: gráfico das respostas da pergunta 3



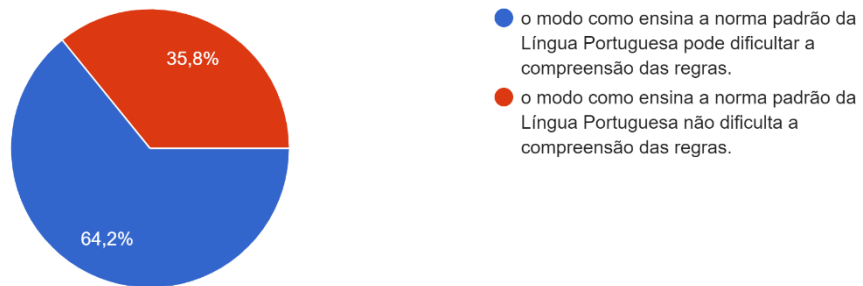
Fonte: própria

A resposta dada pelos alunos representa uma realidade acerca do que se pensa em relação ao acesso ao conhecimento sobre a gramática da Língua Portuguesa; percebe-se diante dessa realidade que, mesmo com as discussões realizadas sobre a importância de se reconhecer o quanto o falante nativo sabe de sua língua materna, o discurso de que aprender a gramática é algo muito difícil ficou arraigado até mesmo entre aqueles favorecidos com um ensino que permite essas discussões.

No tocante à pergunta 4, que procurou saber se os participantes consideram que o modo como ensina a norma padrão da Língua Portuguesa pode dificultar a compreensão das regras,

as respostas foram as seguintes, como mostra a figura 4: 64,2 % disseram que sim, o modo como ensina a norma padrão dificulta a compreensão das regras; contra 35,8 % que acreditam que a maneira como a norma padrão é trabalhada em sala de aula não dificulta a compreensão das regras.

Figura 4: gráfico das respostas da pergunta 4

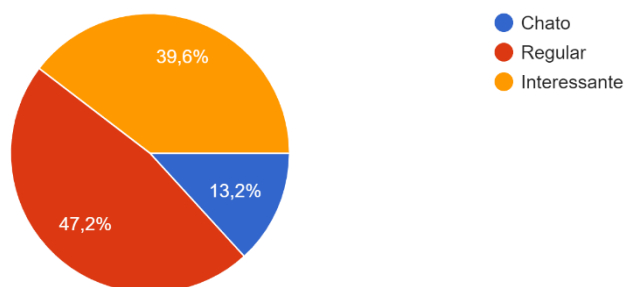


Fonte: própria

Percebe-se com os percentuais apresentados no gráfico, segundo as respostas dos alunos, que a metodologia de ensino influencia sobremaneira no favorecimento da compreensão das normas relacionadas à Língua Portuguesa; isso aponta para a relevância do quanto é importante a escolha de procedimentos metodológicos condizentes com o grau de dificuldades dos temas a serem tratados, bem como a seleção de uma abordagem que favoreça a adoção de uma postura reflexiva, tanto por parte do docente quanto dos alunos que devem ser conduzidos a assumir uma posição crítica acerca da língua em uso e estudo.

Finalmente, a última pergunta quis saber como tem sido o ensino de português tem para os envolvidos na pesquisa. De acordo com a figura 5, 13,2 % acha o ensino chato; 47,2 % dos alunos disseram que acha regular; e 39,6 % acha interessante.

Figura 5: gráfico das respostas da pergunta 5



Fonte: própria

Embora o menor percentual de respostas tenha sido aquele que acha chato o ensino da Língua Portuguesa, ainda é muito alto o índice de alunos que o considera regular (47,2 %); o que corresponde a quase a metade do total de respondentes. Isso aponta para a necessidade de uma avaliação das metodologias adotadas em sala de aula; sabe-se das dificuldades em o alunado entender da complexidade de que se imbuí o processo de ensino e aprendizagem, mas cabe ao docente elaborar estratégias capazes de tornar o aprendizado de Língua Portuguesa uma tarefa dinâmica e motivadora.

É importante destacar aqui que se deve atentar para o fato de que os estudos gramaticais devem contemplar a relação entre a língua e o pensamento, não que ela seja uma representação deste, mas que seja dada ênfase em todos os registros linguísticos e formas de realizações nas quais a língua é utilizada, o que supõe o preparo do aluno para o emprego adequado do Português em todas as suas formas de manifestação, da norma culta, tida como variedade padrão, aos diferentes registros da língua presentes nas situações concretas de linguagem (GOMES & CARVALHO, 2015,).

E entende-se por emprego adequado do Português aquele capaz de fazer com o a língua cumpra o seu papel social, que é a comunicação. E não se pode perder de vista que,

como atividade humana, a linguagem permeia as relações sociais para além das finalidades didáticas que o ensino da língua tem oferecido aos alunos em sua formação acadêmico-profissional, muitas vezes dissociado das questões sociais emergentes em novos paradigmas que se delineiam no mundo do trabalho (GOMES & CARVALHO, 2015, p. 74).

Como observou Gomes & Carvalho (2015), é preciso refletir sobre velhas práticas adotadas em sala de aula que tornam o ensino desinteressante, porque o aluno não vê nele significado, pois

para que os projetos de língua, especialmente no contexto da educação profissional obtenham êxito, é imprescindível que se tenha clareza da concepção de linguagem que subjaz às teorias propostas no ensino do Português e a que tipo de ensino estas são direcionadas, posto que a maneira como a linguagem é entendida reflete no modo como se lida com esse ensino de forma significativa (GOMES & CARVALHO, 2015, p. 74).

E a competência de cumprimento do papel social da língua pode ser viabilizada até mesmo a partir da forma como são abordados os conteúdos, assumindo um tom de reflexão acerca do uso que se faz da língua, mostrando que a gramática não é suficiente para dar conta de uma língua, mas que é necessária como elemento padronizador desse fenômeno; o que já é um bom começo para o aluno perceber que as regras estão a serviço da língua e que ele pode assumir uma postura crítica sobre elas, inclusive percebendo que o conhecimento sobre essas



regras lhe dá autonomia de escolha das variações linguísticas decorrentes da norma padrão, mediante a situação comunicativa na qual estiver inserido.

E é nessa perspectiva que a escola surge como lugar favorável à percepção de língua enquanto instrumento de interação social, pois como observou Fiorin (2008, *apud* GOMES & CARVALHO, 2015) a sala de aula é um lugar de encontro de diferentes vozes, configurando-se como um espaço no qual a aprendizagem é uma atividade social resultante das trocas dialógicas, ainda mais ao se considerar, na perspectiva bakhtiniana, aqui já exposta, que o significado não é inerente à linguagem, mas elaborado socialmente; e que a língua não está presa à gramática, mas ela é adquirida durante as interações verbais, por meio de enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados decorrentes das reflexões aqui propostas apontam para o fato de que o estigma de complexidade que o estudo da língua portuguesa carrega tem a ver com a disseminação da ideia, principalmente entre as classes sociais menos favorecidas, de que aprender o nosso idioma é algo muito difícil; e associada a esse mito, o uso de abordagens que tornam o ensino da gramática enfadonho e complexo acaba se somando a esse aspecto tornando cada vez mais o acesso às norma como algo distante e inacessível.

Não se pode negar que a relação entre a linguagem e o mundo se constrói a partir da atividade dialética entre esses dois fenômenos. Mas não se deve esquecer que essa relação não se dá por um processo de espelhamento, mas de construção, haja vista que a linguagem ganha sentido graças ao significado que ela tem no mundo real, onde a ela de fato se realiza, o que implica dizer que tudo que falamos ou escrevemos está intimamente ligado a fatores de ordem sociocognitiva. Desse modo, ao se pensar no ensino da língua, a proposta metodológica não pode estar pautada apenas no campo da abstração, mas, sobretudo, voltar-se para as práticas sociais nas quais as situações comunicativas estão fundamentadas.

Assim, com as reflexões aqui propostas, o que se vislumbra é a adoção de uma abordagem metodológica que assuma uma postura reflexiva acerca das normas que regulam a língua portuguesa e o modo como ela se realiza na dinâmica da comunicação, de modo que os alunos possam compreender a língua como uma atividade humana e favorável às interações sociais entre os sujeitos.



REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 32 – 36.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GOMES, Antônio Carlos; CARVALHO, Letícia Queiroz de. As contribuições de Mikhail Bakhtin para o Ensino da Língua Portuguesa na Educação Profissional. In: **Revista Ifes Ciência**, nº 2, V.1, 2015 – Instituto Federal do Espírito Santo, p. 65 - 78.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido. In: **Revista do GELNE**. Ano 1, n. 01, 1999. P 07 – 15.

MELO, I. F. de. A relação entre linguagem e realidade: um panorama histórico. **Dialógica**, São Paulo, v.8, n.2, p. 217-227, 2009.

MELO, Thiago Benitez de; SANTOS, Maria Elena Pires. Norma culta ou curta? Reflexões teóricas acerca do ensino de língua portuguesa. In: **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 4, n. 1, p. 48-62, jan./jul. 2013 (ISSN 2179-3948 – online).